

DESPOJOS DE COLONIZADOR: OS ZANRYU-HOJIN EXILADOS ENTRE A POLÍTICA E A SOCIEDADE

André Saraiva Santos 

Universidade de Aveiro, Portugal

A análise a que se propõe este estudo necessita de uma contextualização histórica para que se possa compreender de melhor forma quem são esses sujeitos, a sua proveniência e o seu percurso até a aquisição do estatuto *zanryu*. Essa contextualização histórica prende-se com um fenómeno migratório promovido pelo governo imperial japonês dos anos 1930. Falamos, assim, do período em que se estabeleceu na Manchúria o Estado-cliente do Japão chamado de Manchukuo.

A Manchukuo, ao contrário do que tinha acontecido com os outros territórios anexados pelo Japão até então – a exemplo da Coreia e de Formosa –, não teria o estatuto de colônia, mas sim de estado soberano e, supostamente, independente. O novo “imperialismo”, como Duara o apelidou, desenhado para esse território recentemente libertado das forças do general pró-Guomindang (Partido Nacionalista Chinês, GMD) Zhang Xueliang (张学良, 1901-2001), não tinha como principal objetivo extrair da Manchúria todos os seus recursos para alimentar a metrópole, mas sim trazer para a Manchúria a industrialização, a civilização, os nobres valores asiáticos e as suas formas de governo superiores.¹ Com este novo imperialismo, definiu-se uma ideologia, pela negativa, para o novo estado como antiocidental, antinacionalista e anticomunista. O governo da Manchukuo mostrava-se mais preocupado em mostrar aquilo que *não* era, deixando

1 Prasenjit Duara, “Ethnos (minzoku) and Ethnology (minzokushugi) in Manchukuo”, *Asia Research Institute Working Paper*, n. 74 (2006), pp. 7-9.

na ambiguidade o seu carácter político pela positiva. Pierre Macherey falou deste tipo de interpretação ideológica: “o que é importante num trabalho [desta natureza] é aquilo que não diz [...] porque aí a elaboração do anunciado é levada a cabo numa espécie de jornada para o silêncio”.²

Desta forma, se transportarmos esta visão ideológica para uma visão geográfica de onde estava inserido este estado recém-criado e as nações vizinhas que o rodeavam, percebe-se que havia um distanciamento forte para com as correntes ideológicas presentes nessa plataforma continental do leste asiático: a sul da Manchukuo, uma China dividida entre o Comunismo e o Nacionalismo, defendidos, respetivamente, pelo Partido Comunista Chinês (PCC) e pelo GMD; a norte, uma União Soviética (URSS) comunista; a oeste uma República Popular da Mongólia, também ela comunista e com ligações próximas à URSS. A Manchukuo só podia contar, portanto, com a colónia coreana nas mãos do Japão a sudeste do seu território e com o Japão do outro lado do mar. Nesse sentido, outro problema enfrentado pelo governo da Manchukuo era o despovoamento do interior, especialmente perto da fronteira com a URSS, acrescentando ao facto importantíssimo de que a maioria da população residente era chinesa da etnia *Han* (acima dos 90%) e que continuava a migrar para a região, e a japonesa (a etnia líder e apelidada de “superior”) era apenas uma pequena gota em todo o aglomerado.

Por essa razão, o governo da Manchukuo aceitou de bom grado o projeto japonês que previa a emigração em massa de camponeses japoneses para a Manchúria (1 milhão). Apesar de ter sido um plano entrelaçado em muita retórica e com poucos resultados práticos, como aclara Sandra Wilson, estes colonos rurais pobres, com pouca ou nenhuma educação e iludidos de que seriam agentes colonizadores e portadores da civilização para a “vastidão selvagem manchuriana”, serviriam como instrumentos que iriam garantir os interesses nacionais: ajudar a assegurar

2 Pierre Macherey, *A Theory of Literary Production*, London: Routledge & Kegan Paul, 1978, p. 87.

que a Manchúria continuasse nas mãos dos japoneses, lutando contra as forças resistentes chinesas e parando os avanços soviéticos na zona.³

Esta promoção migratória por parte do governo japonês não surgiu sem razão: apareceu numa altura em que se debatia um problema interno grave de sobrepopulação – e de falta de recursos para alimentá-la e mantê-la, causando pressão descontrolada nos mais diversos setores da sociedade – agudizada por uma emigração coreana crescente para as ilhas nacionais. Assim, advogava-se a necessidade de expansão dos cidadãos do país para outras partes do continente. Com essa linha de discurso problemático vieram também as hipotéticas soluções, como o recurso à guerra e a aquisição de novas terras para fazer escoar a acumulação insuportável de pessoas nas zonas urbanas.⁴ No entanto, a imigração japonesa na Manchúria não deu resultado antes da invasão do Exército Kwantung (关东军),⁵ em 1931, essencialmente por duas razões: os chineses não permitiam a venda de terrenos agrícolas a japoneses ou seu estabelecimento, em conformidade com o Movimento de Recuperação de Direitos do general Xueliang – algo que foi resolvido logo depois da invasão da Manchúria, com a expropriação de terras dos proprietários chineses e sua entrega aos colonos japoneses. Ademais, os agricultores japoneses não conseguiam competir com os chineses, primeiro pelo padrão de vida diferente, segundo pelas aptidões e capacidades de suportar diferentes condições agrícolas, indo das questões climáticas às de experiência *in loco* de agricultura em latifúndios. Aliás, houve vários burocratas e intelectuais japoneses que desaconselharam a emigração do agricultor japonês pobre para a Manchúria, ressaltando que esta migração só seria proveitosa se os agricultores ricos empreendessem esse esforço,

3 Sandra Wilson, “The ‘New Paradise’: Japanese Emigration to Manchuria in the 1930s and 1940s”, *The International History Review*, v. 17, n. 2 (1995), pp. 249-250.

4 Wilson, “The ‘New Paradise’”, pp. 253-254.

5 Exército japonês que tinha a seu cargo o território concessionado de Kwantung e as zonas adjacentes da Linha Ferroviária do Sul da Manchúria (South Manchurian Railways, SMR).

apropriando-se das terras a preço baixo, empregando mão de obra chinesa ou coreana, ou arrendando-a a altos preços a agricultores chineses.

Contudo, os militares do Kwantung desconsideraram esses pontos de vista, e olhando somente para o xadrez militar desenhado no terreno manchuriano, pressionaram o governo japonês a realizar o seu dever imperial – o de apoiar o Estado que segurava o interesse da metrópole – para uma política nacional de emigração em grande escala,⁶ de forma a proteger a “corda de segurança”, a “primeira linha da frente” da área de influência japonesa.⁷ Cedendo à pressão desencadeada pelo Kwantung, o governo desenhou um projeto em 1936 que consistia no envio de um milhão de agregados familiares rurais para *kaitakudans* (开拓団) num prazo de 20 anos. *Kaitakudans* eram aldeias agrícolas estabelecidas pelos colonos e que seriam povoadas por grupos provenientes de determinada província japonesa. Assim, a “febre manchuriana” levou anúncios a todas as ilhas do Japão. Por sua vez, as elites destas províncias, com o apoio dos militares, dirigiram o apelo aos camponeses pobres, aludindo ao “Novo Paraíso” onde seriam donos de grandes parcelas de terra e teriam um estatuto superior.⁸ Afinal, deixariam de ser simples campônios para serem agentes líderes da dita “raça superior”. Teriam, portanto, a missão nobre de defender as periferias do Império, tornando-se japoneses *gaichijin*.⁹

6 Wilson, *The “New Paradise”*, pp. 256-257.

7 Shin’ichi Yamamuro, *Manchuria under Japanese Dominion*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006, p. 224.

8 Louise Young, *Japan’s Total Empire: Manchuria and the Culture of Wartime Imperialism*, London: University of California Press, 1999, pp. 19-401. Apesar de Yamaura afirmar que muitos dos que migraram para a Manchúria eram agricultores de “classe média”, a vasta maioria dos estudiosos desse tema apresenta outra perspectiva: camponeses pobres e iletrados. Cf: Chigusa Yamaura, “From Manchukuo to Marriage: Localizing Contemporary Cross-Border Marriages between Japan and Northeast China”, *The Journal of Asian Studies*, v. 74, n. 3 (2015), pp. 565-588.

9 Termo que se refere aos cidadãos periféricos do Império, ou por outras palavras, aos colonizadores. Os cidadãos presentes nas ilhas japonesas, ou seja, o centro do Império, apelidavam-se de *naichijin*. Cf. Mariko Tamanoi, “Overseas Japanese and the challenges of repatriation in post-colonial East Asia” in Nobuko Adachi (org.), *Japanese Diasporas: Unsung Pasts, Conflicting Presents and Uncertain Futures* (London: Routledge, 2006), p. 217.

Apesar de promessas persuasivas, muitos eram aqueles que rejeitavam o apelo e, nessa condição, eram intimidados ou mesmo forçados a ir.¹⁰ Os promotores desta propaganda estatal não só se dirigiam aos campos na busca de agregados familiares já compostos, como também iam às escolas, procurando jovens para aumentar o número de possíveis agregados futuros. Prometia-se o pagamento da “educação” destes jovens às custas do Estado – na realidade um treino militar –, o que aliviava as famílias empobrecidas de um fardo econômico. As jovens japonesas, possíveis esposas dos futuros agregados, também não foram esquecidas, afinal eram estas esposas patrióticas que iriam casar com os heróis *giyudai*, como eram conhecidas as tropas pioneiras, da linha da frente, aumentando, também elas, o seu prestígio social.¹¹ Uma vez recolhida e ordenada a lista destes voluntários patrióticos, era da responsabilidade dos oficiais da Manchukuo alocá-los na vastidão, no remoto, na maioria das vezes desértico terreno manchuriano. O lugar de eleição, como seria previsível diante das preocupações do Exército de Kwantung, era a fronteira com a URSS (50%) e as zonas onde decorreriam possíveis emboscadas antijaponesas (40%). Apenas 10% se posicionariam perto das linhas estratégicas de transporte de recursos e militares: a SMR. De fato, a motivação para o despacho destes colonos para estas áreas de risco evidencia a primazia da lógica militar em detrimento de localizações propícias à prática agrícola, ou favorecimento de uma boa qualidade de vida. Claramente, os camponeses não seriam usados apenas como produtores agrícolas para o Império, mas seriam agricultores *Buso Nomin* (武装农民), providenciando uma reserva militar para o Kwantung.¹² Como é apontado por Itoh, em maio de 1945, cerca de 225.585 colonos tinham se espalhado pela Manchúria, organizados

10 Young, *Japan's Total Empire*, p. 89.

11 Yeeshan Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria: the lives of war orphans and wives in two countries*, London: Routledge, 2013, p. 18; Yamaura, “From Manchukuo to Marriage”, p. 571.

12 Li Narangoa, “Japanese Orphans from China: History and Identity in a ‘Returning’ Migrant Community”, *East Asian History*, v. 25-26, n. 7 (2003), p. 144.

num número aproximado a um milhar de *kaitakudans*. A população japonesa na Manchukuo totalizava 1 milhão e meio de almas.¹³

Invasão soviética e estratégias de sobrevivência

Com a guerra da China e do Pacífico a estalar em 1941, muitos *Buso Nomin* foram recrutados pelo exército. Em 1942, o Kwantung enviou tropas para o Sudeste Asiático, principalmente para as Filipinas, para suprir a falta de homens, o que retirava à Manchúria os jovens e os homens mais saudáveis e capazes. Simultaneamente, o recrutamento japonês de agregados para a Manchúria continuava, ainda que ali tivesse ficado apenas uma “guarnição esquelética” para proteger os mais vulneráveis: velhos, mulheres e crianças.¹⁴ Com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, as Forças Aliadas tentaram persuadir a URSS a participar nos esforços bélicos para derrotar a área de influência japonesa na Manchúria. A 11 de fevereiro de 1945, Stálin assinou o Acordo de Yalta, comprometendo-se com Churchill e Roosevelt a guerrear contra o Japão. Cabe ressaltar que uma das condições que favorecia a entrada da URSS era o reconhecimento, por parte dos Aliados, dos interesses soviéticos nas linhas ferroviárias da Manchúria e de Port Arthur.¹⁵ Com a derrota da Alemanha e passados três meses, a URSS deu a conhecer que não iria dar seguimento ao tratado de neutralidade que havia assinado com o Japão, e que deveria durar até abril de 1946 – ação que presumia, para muito em breve, uma invasão soviética na Manchúria.¹⁶ Os soviéticos acederiam, portanto, aos pedidos dos Aliados, vendo também nesse momento uma possibilidade

13 Mayumi Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria: Forgotten Victims of World War II*, New York: Palgrave Macmillan, 2010, p. 16.

14 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 145.

15 Conhecida em chinês por Lüshunkou qu (旅顺口区) no distrito de Dalian (大连), província de Liaoning (辽宁).

16 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 145.

para cimentar uma posição no Extremo Oriente do pós-guerra, assim como vingar a derrota russa na Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905.¹⁷

Assim, a 9 de agosto de 1945, a URSS invadiu o território da Manchukuo, o que ocorreu num período em que as últimas reservas dos *Buso Nomin* tinham sido chamadas pelo Kwantung para se juntar à restante “guarnição esquelética” em zonas muito afastadas dos seus *kaitakudans*. Como é apontado por Itoh, estes foram destacados para o sul, e não para a fronteira com a URSS, onde seria a previsível linha de frente.¹⁸ Desta forma, três quartos da Manchúria foram deixados sem qualquer hipótese de defesa, esperando-se a sua segura capitulação.¹⁹ Nestes *kaitakudans* ficavam para trás os futuros despojos de guerra.²⁰ A zona de segurança do Kwantung não seria eficaz, e o Japão ir-se-ia render passados poucos dias, a 15 de agosto. O estado da Manchukuo tinha-se extinguido quase com a mesma rapidez com que fora criado. As condições com que se depararam estes grupos nos *kaitakudans* aquando da invasão foram aflitivas. Para além do isolamento geográfico característico do povoado, o que dificultava o acesso aos transportes e às grandes cidades, não lhes eram providenciadas quaisquer comunicações sobre os desenvolvimentos da frente de combate, pois o Exército de Kwantung cortou linhas de telefone e eletricidade. Esses colonos, confiando na propaganda japonesa, só se davam conta da sua condição de instabilidade quando a população local chinesa lhes dirigia ataques ou quando avistavam outros grupos de japoneses em tentativa de fuga para os centros urbanos.²¹ Apelida-se de “tentativa” porque a percentagem de

17 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 19.

18 Como acrescenta Narangoa, o objetivo do Kwantung era criar uma zona defensiva no sul da Manchúria, defendendo o intensamente povoado sul, colocando a capital da Manchukuo, Xinjing (新京, hoje Changchun, 长春), na linha da frente dessa zona de defesa. Cf. Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 145.

19 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 16.

20 Yamaura, “From Manchukuo to Marriage”, p. 571.

21 O plano de fuga era chegar às grandes cidades de Harbin (哈尔滨), Xinjing e Mukden (Shenyang, 沈阳) na esperança de apanhar um comboio até Dairen (Dalian, 大连), onde apanhariam posteriormente um barco até ao Japão. Cf. Itoh, *Japanese war orphans in Manchuria*, p. 43.

sucesso era reduzida, pois se os fugitivos tinham a sorte de não sofrer ataques das milícias chinesas ou dos locais, as infraestruturas e os acessos que os conectavam às cidades, como pontes e estradas, tinham sido previamente destruídas pelo Kwantung como tática militar de retardar o avanço do inimigo. Para além disso, não podem ser esquecidas as enormes dificuldades da jornada, como a escassez de água e da comida, as distâncias enormes a percorrer, as condições climatéricas adversas (no pico do verão), e a ausência de cuidados médicos.²² Confrontados com esse cenário caótico e desesperante, muitos fugitivos dos *kaitakudans* recorreram à solução final, advogada pela propaganda imperial: o *harakiri* (suicídio) em conformidade com o espírito *Bushido*.²³ Este desfecho foi premeditado pelo Kwantung, que abandonou estes colonos ao seu próprio destino, recusando suas propostas antecipadas de repatriação e sabendo, de antemão, a iminência da invasão soviética, assim como também tendo os iludido sobre a verdadeira situação na fronteira.²⁴ Mais ainda, desde muito cedo, os militares do Kwantung, apercebendo-se do estado de precariedade em que estava a guarnição militar na Manchukuo e prevendo a derrota perante os soviéticos, enviaram as suas famílias de volta à pátria muito antes da invasão, nos inícios de 1945, quando em março do mesmo ano ainda havia grupos de pioneiros japoneses a chegar à Manchukuo.²⁵ Como consequência, 30 por cento dos 270 mil colonos (ou seja, 81 mil) que se encontravam na Manchukuo pereceriam. É curiosa a comparação desse número com o de soldados mortos do Exército Kwantung, que corresponde a 46.700. Dentre os sobreviventes, 20 mil constituíram dois grupos que no

22 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 146.

23 Por outras palavras, o código de honra do guerreiro que prefere a morte à humilhação imposta pela derrota. Cf. Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 20; Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 146.

24 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 19.

25 Rowena Ward, “Returning from Exile: The Japanese Citizens from the Former Manchuria” in Paul Allatson e Jo McComarck (orgs.), *Exile Cultures, Misplaced Identities* (New York: Rodopi, 2008), p. 101. Como diz Narangoa, a maioria dos familiares dos oficiais e dos militares de alto *ranking* estavam nas grandes cidades da Manchúria (Harbin, Mukden, Xinjing) e, portanto, mais perto das linhas de transporte. Cf. Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 145.

futuro trariam várias inconveniências para o governo do Japão: os chamados “órfãos” (em japonês, *zanryu-koji*, 残留孤儿) e as denominadas “mulheres abandonadas” (em japonês, *zanryu-fujin*, 残留妇人).²⁶

Aqueles que conseguiram sobreviver ao drama das tentativas de fuga, às incursões devastantes e mortíferas do Exército Vermelho, passariam por mais testes à resistência humana.²⁷ Chegando às cidades na condição de *refugiados*, rapidamente o seu estatuto transformar-se-ia no de *reféns*. Forças armadas soviéticas e autoridades locais controlavam os grandes centros urbanos e enviaram estes japoneses abandonados para campos de refugiados, que, na maior parte dos casos, não eram mais do que grutas ou currais de animais, fazendo-os aguentar o rigoroso inverno que se aproximava, com temperaturas entre os 20°C e os 30°C negativos,²⁸ com as roupas de verão que tinham no corpo, além de os privar de combustíveis, obrigando-os a procurar pequenos pedaços de comida, que eram bens escassos e cuidadosamente racionados pelos soldados.²⁹ Aqueles que resistiram ao clima e à fome tinham de escapar das doenças que proliferavam entre os refugiados dentro dos campos. As mulheres com bebês, enfrentando este tipo de dificuldades, ficavam subnutridas e incapacitadas de amamentar.³⁰ Doenças vitimaram também várias mulheres japonesas que, por forma a salvarem os seus familiares ou compatriotas, foram coagidas pelos líderes seniores masculinos da comunidade de refugiados a providenciarem favores sexuais aos soldados soviéticos em troca de mantimentos.³¹ Em razão do serviço rotacional que

26 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 20.

27 Para exemplos de alguns desses massacres efetuados pelos soviéticos ver o Incidente de Mashan, o Incidente de Sado, ou o Incidente de Gegenmiao. Cf., respetivamente, em Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, pp. 21-22; 34.

28 Cf. relato de Itoh, *Japanese war orphans in Manchuria*, p. 47.

29 Chan, *Abandoned Japanese in postwar Manchuria*, p. 21.

30 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, pp. 43-44.

31 As versões apresentadas por Masaru e Chan divergem sobre quem os líderes seniores escolhiam para a prestação de serviços sexuais. Chan afirma que eram as mulheres já casadas, preservando-se a virgindade das outras jovens, podendo estas satisfazer possíveis casamentos futuros. Cf. Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 22-23. Masaru enfatiza que eram as solteiras que tinham de agradar aos desejos carnavais dos

lhes era exigido – cada mulher seria violada por vários soldados no mesmo dia –, muitas contraíram doenças sexualmente transmissíveis, assim como doenças infetocontagiosas, como o tifo.³²

Tempos excepcionais demandaram medidas excepcionais: estes campos de reféns-refugiados gradualmente transformaram-se em autênticos mercados, ora para venda de simples bens por preços irrisórios, ora de aquisição de mão de obra barata, ora para a busca de conveniências matrimoniais. A população chinesa rural era parte interessada nestas transações, em que a compra de uma mulher ou de uma criança japonesa rondava a mísera quantia de 60 a 70 ¥ (*yuans*).³³ Também se registraram casos de raptos de órfãos por “intermediários” manchurianos que, posteriormente, vendiam-nos a agricultores e até ao exército comunista. Itoh compartilha da mesma visão factual, acrescentando que houve igualmente muitos casos de famílias chinesas que, por piedade e misericórdia, acolheram crianças deixadas nas ruas indefesas, doentes, subnutridas e que morreriam caso não fossem ajudadas; se não podiam comportar os gastos, davam-nas a outra família.³⁴

As atividades desenvolvidas nesse “mercado” apresentaram-se também como oportunidades de último recurso para muitas japonesas fugirem à morte ou à humilhação dos estupros coletivos às mãos dos soldados soviéticos. O casamento com um homem de nacionalidade chinesa permitira a sua incorporação na família do noivo – tarefa essa que também era difícil, uma vez que no pós-guerra e depois da colonização, era socialmente condenável entre essas comunidades a inserção

soviéticos. Cf. Sato Masaru, “I Learned about the Wretchedness of War: Women Settlers’ ‘Sexual Entertainment’ of Soviet Red Army Troops in Postwar”, *The Asia-Pacific Journal*, v. 15, n. 18 (2017), p. 3. De qualquer forma, Chan indica que aquelas que serviram sexualmente os soviéticos perderiam mais tarde o seu estatuto de candidatas a um casamento com um marido chinês com melhores condições físicas e econômicas, ficando confinadas à possibilidade de casamentos com chineses pobres e com idade avançada. Cf. Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 22-23.

32 Masaru, “I Learned about the Wretchedness of War”, p. 3.

33 Chan, *Abandoned Japanese in postwar Manchuria*, p. 21.

34 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 71.

da “filha do inimigo” no seio de uma família chinesa.³⁵ Contudo, e apesar das consequências impostas pela sociedade, houve camponeses chineses que viram nesse grupo de reféns-refugiadas japonesas uma via economicamente viável para poder casar os seus filhos e aumentar o número de elementos do seu agregado familiar para suprir as necessidades de mão de obra dos terrenos agrícolas em que laboravam,³⁶ alguns movidos pela compaixão, outros interessados em alargar o regime de concubinato.³⁷

Numa altura em que a unidade monetária da Manchukuo tinha perdido todo o seu valor com a extinção do Estado, todas as poupanças acumuladas pelas famílias japonesas nos bancos não tinham agora qualquer valor, além do facto de que passaram a circular na Manchúria três moedas, o que gerou uma instabilidade econômica crescente.³⁸ Assim, os únicos bens que estes refugiados tinham e que podiam usar como moeda de troca eram os seus corpos ou as pequenas posses que tinham conseguido transportar consigo na fuga – este era o panorama maioritário destes refugiados rurais e analfabetos. Contudo, uma pequena percentagem de refugiados, por meio das suas capacidades intelectuais “especiais”, conseguiriam apresentar-se como úteis aos soviéticos e às forças rivais chinesas (GMD e PCC), prestando o seu *expertise* em troca de certa renumeração.³⁹ Falamos das enfermeiras e dos técnicos da SMR, que no estudo de Ward encontraram motivos fortes para permanecer na Manchúria por vontade própria.⁴⁰ Prisioneiros de guerra japoneses, essencialmente militares, com afinidades ao GMD, também ofereceram os seus serviços e atuaram como mercenários do partido na Manchúria.⁴¹

35 De facto, muitas mulheres foram forçadas a casar com homens chineses, os quais consideravam “*coolies* imundos”. Cf. Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 142.

36 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, pp. 21-22.

37 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 147.

38 A soviética, a nacionalista chinesa e a comunista chinesa.

39 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 147.

40 Rowena Ward, “Delaying Repatriation: Japanese Technicians in Early Postwar China”, *Japan Forum*, v. 23, n. 4 (2011), pp. 471-483.

41 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 24. Antes da guerra, altas patentes do GMD recebiam formação nas academias militares do Japão e privavam

É de salientar que, durante a ocupação soviética da Manchúria, nenhum esforço foi feito para repatriar quaisquer civis japoneses. Caso se tivessem executado programas de repatriação, pilhas de mortos – especialmente de crianças – nas ruas das cidades ou nas valas dos campos teriam sido evitadas. Os japoneses teriam de subsistir, definhando, se possível perdurar até maio de 1946, quando pela primeira vez, depois da invasão da URSS, apareceu o primeiro comboio ou o primeiro barco pronto para os levar até às ilhas japonesas. A razão de tão tardio repatriamento é-nos apresentada por Itoh. Na Declaração de Potsdam apresentada ao Japão, a qual Tóquio aceitou, apenas se previa a desmobilização dos militares japoneses, e nenhuma menção foi feita à situação dos civis, não tendo os Aliados de se responsabilizar pelo que sucederia a essas pessoas. Aliás, era intenção deliberada do governo japonês não repatriar os que tinham ficado para trás, abandonando programas de repatriação e encorajando-os a permanecer nesses locais e a fazerem as suas vidas junto da população local.⁴² O governo, a braços com várias dificuldades do pós-guerra, como também de logística, apelava à “Coexistência e Coprosperidade” (共存共荣), incentivando a população que ficou para trás a fazer o esforço de buscar a concomitância pacífica com as gentes locais –⁴³ uma espécie de retórica já conhecida certamente por esses ex-colonos e que foi propagandeada pela Manchukuo como fundamento ideológico basilar: a busca pela “Harmonia Racial” (五族協和).⁴⁴

Ainda, a contínua persistência da jurisdição soviética na Manchúria não facilitou a situação dos refugiados. O exército soviético, que tinha acordado retirar-se em novembro de 1945,⁴⁵ dilatou repetidamente esse

com alguma intimidade com alguns elementos das tropas japonesas.

42 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 44.

43 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 148-149.

44 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 23.

45 A 14 de agosto 1945, URSS e GMD assinaram o Tratado de Amizade e de Aliança, no qual se estipulava que os soviéticos cessariam o seu apoio às atividades do PCC, que a Linha Ferroviária do Leste da China iria ser controlada juntamente pelas duas partes e que a República da China reconheceria a independência da Mongólia Exterior. Cf. Xiangshang Liu, “‘张莘夫事件’与苏军撤出东北”[“O ‘incidente de Zhang Xinfu’

prazo até ao dia 3 de maio 1946,⁴⁶ pois estava interessado em transferir todos os prêmios de guerra e mão de obra gratuita para a URSS antes que a jurisdição fosse devolvida aos chineses.⁴⁷ Apesar de terem sido contatados por associações japonesas não governamentais para iniciar o processo de repatriação, os soviéticos nunca se mostraram interessados na questão e, inclusive, fecharam o porto de Dalian, interditando acessos marítimos.⁴⁸ O GMD, diplomaticamente e militarmente impotente perante a situação, apenas podia confiar na boa-fé soviética de cumprimento das cláusulas do Tratado de Amizade.⁴⁹ Segundo Chan, o GMD chegou a incentivar os soviéticos a adiar a repatriação dos japoneses, de maneira a recrutá-los como colaboradores laborais ou como mercenários do seu exército. Com a fraca influência do GMD na Manchúria, os comunistas chineses, amparados pela permanência dos parceiros ideológicos da URSS,⁵⁰ conseguiam facilmente realizar as suas atividades de forma a que alguns

e a retirada das tropas soviéticas do Nordeste da China”], *China/Asia On Demand*, v. 12, n. 46 (2009), p. 46.

46 Muitos autores apresentam as mais diversas datas para a retirada soviética. Por exemplo: Itoh indica março (Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 44-48), enquanto Narangoa aponta para abril (Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 146). Contudo, a completa retirada das tropas soviéticas deu-se a 3 de maio de 1946. Cf. Qingwen Dong, “战后中苏关于东北问题交涉研究”[“Pesquisa sobre negociações entre a China e a União Soviética sobre questões do Nordeste após a Segunda Guerra Mundial”], Dissertação (Mestrado), Universidade de Heilongjiang, 2014.

47 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, pp. 47-48. Instalações industriais, equipamentos e materiais da SMR seriam reaproveitados noutras partes da URSS que tinham sido destruídas pela guerra contra a Alemanha Nazista. Prisioneiros de guerra japoneses foram enviados para os campos de trabalho forçado na Sibéria.

48 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 44.

49 Wang, “Game of Occupying and Withdrawing”, p. 176. Quando o GMD pedia aos generais soviéticos para recebessem as suas tropas nacionalistas por via marítima em Dalian, os soviéticos rejeitavam esses pedidos. A entrada por via terrestre na Manchúria também se revelava complicada, uma vez que as forças comunistas chinesas controlavam a passagem de Shanhaiguan (山海关), estreito de entrada principal para a Manchúria. Cf. Zhaoguang Wang, “Game of Occupying and Withdrawing: A Study on Withdrawing of Soviet Red Army from Northeastern China after WWII”, *University of Nanking Journal*, v. 52, n. 6 (2014), p. 176.

50 Chan recorda que as alianças políticas e ideológicas da altura também tinham o seu peso: EUA-URSS e GMD-PCC eram fações divergentes, e a URSS tinha todo o interesse em apoiar o PCC, ao mesmo tempo que os EUA apoiavam o GMD. Cf. Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 23.

japoneses aprendessem a sua doutrina e pudessem, mais tarde, participar na luta pela implementação do comunismo na China. Segundo a mesma autora, caso estes rejeitassem, eram enviados para campos de trabalho forçado.⁵¹ Quando o Exército Vermelho abandonou as suas posições na Manchúria sem qualquer declaração escrita ou procedimento legal de entrega da região ao GMD, um caminho se abriu aos camaradas chineses para tomar as cidades mais importantes. Desta forma, Qiqihar, Harbin e Changchun foram imediatamente tomadas, e metade da Manchúria passou ao controle comunista.⁵² A Manchúria estava, assim, dividida entre as duas forças chinesas rivais.

Se antes a URSS tinha camuflado o seu apoio ao PCC, agora com o GMD no terreno manchuriano era a vez da administração Truman prestar o seu auxílio aos nacionalistas. Com Shenyang controlada pelas forças leais ao líder político e militar do GMD Chiang Kai-shek (蔣介石, 1887-1975) e com o repatriamento de todos os soldados americanos que participaram na Segunda Guerra praticamente concluído, o governo norte-americano debruçou-se sobre o drama dos japoneses retidos na Manchúria. Apercebendo-se de que a permanência destes no terreno estava a produzir problemas de várias ordens – japoneses como mercenários, civis como refugiados económicos – e que a tendência era a perpetuação da situação, Washington tornou-se apoiante da repatriação japonesa. Encetou contactos com o Ministério da Saúde japonês e com os partidos da Manchúria. PCC e GMD mostravam-se relutantes diante da vontade de repatriar todos os refugiados japoneses. Como dito anteriormente, engenheiros e técnicos japoneses eram grupos de interesse para os nacionalistas, assim como as enfermeiras e os assistentes médicos eram importantes para o PCC.⁵³

51 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 24.

52 Wang, “Game of Occupying and Withdrawing”, p. 176.

53 Como indica Ward, o GMD promulgou uma lei (de 1946, chamada “Lei de Recrutamento de Trabalhadores Especializados Japoneses”, para melhor gerir e encorajar a mão de obra especializada japonesa, dando-lhes boa remuneração de acordo com a sua profissão. Cf. Ward, “Delaying Repatriation”, p. 478. Com as operações de guerrilha do PCC dispersas por toda a Manchúria, esses japoneses teriam ainda mais dificuldades em proceder à repatriação, acrescentando ao fato de

De qualquer forma, em maio de 1946 dá-se a primeira repatriação japonesa, já em plena guerra civil entre comunistas e nacionalistas.⁵⁴

O início do processo de repatriações para o Japão

Este impasse de nove meses até à primeira repatriação do pós-guerra causou danos irreversíveis nas comunidades de refugiados japoneses, espalhadas pelos mais diversos pontos geográficos da Manchúria. Um exemplo bem revelador dessa situação é o da comunidade de Fangzheng (方正) que, de acordo com os dados oficiais, tinham cerca de 8.640 japoneses em agosto de 1945.⁵⁵ Aquando da primeira repatriação, em maio de 1946, esse número havia sofrido drásticas reduções, resultantes de doenças ou suicídios (27 por cento), mulheres que foram incorporadas em famílias chinesas pelo matrimônio (27 por cento), fugas (14 por cento) ou translações para Harbin (14 por cento), assim como aprisionamento de pessoas por parte dos soldados soviéticos com destino à Sibéria (5 por cento). No total, apenas 13 por cento (ou seja, 1.123 pessoas) do grupo inicial tinha resistido e conseguido esperar pelo processo de repatriamento.⁵⁶ No entanto, como nos indica Itoh, a perseverança não era sinônimo de sucesso. Houve um grande número de casos de refugiados que não completaram o seu regresso à pátria porque simplesmente não foram informados desses programas, dado o seu isolamento na Manchúria profunda, em zonas rurais perto da fronteira com a URSS. O caos da guerra civil continuava, Japão e China não tinham relações oficiais, e a

que não havia relações formais entre Japão e PCC. Cf. Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 49.

54 Saída do primeiro barco de Huludao (葫芦岛). Em dezembro de 1946 sai o primeiro barco de Dalian. Cf. Ward, “Delaying Repatriation”, p. 475.

55 Situada no Norte da Manchúria, na província de Heilongjiang (黑龙江), sob administração da capital dessa mesma província, Harbin.

56 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, pp. 150-151.

ocupação americana no território japonês era considerada um tema de urgência nacional e assunto prioritário.⁵⁷

As primeiras políticas desenhadas pelo governo japonês para a repatriação dos descendentes de colonos japoneses na Manchúria, apelidados de *zanryu-hojin* (残留邦人), colocavam igualmente restrições de várias índoles, uma vez que nem todos cairiam nas categorias de refugiados e, conseqüentemente, seriam dignos de entrar no processo.⁵⁸ Estabeleceu-se o limite de 13 anos como idade razoável, considerando-se terem estes indivíduos faculdades suficientes para a tomada de uma decisão “simples”: por vontade própria querer ficar na China ou voltar para o Japão. Pressupôs-se que os homens adultos na Manchúria, diante das circunstâncias da guerra, receberiam quase todos o mesmo destino – morte ou captura como prisioneiros de guerra, com o posterior envio para os campos de trabalho forçado. Apenas as “mulheres” (*zanryu-fujin*) que tinham mais de 13 anos se enquadravam na categoria, vistas como capazes de decidir o seu futuro. Segundo Tóquio, estas “mulheres” escolheram ficar na China, e já tinham tido oportunidades para, se quisessem, regressar ao Japão; como falharam nessas oportunidades, não mereciam ser contempladas pela assistência do governo.⁵⁹

Esta distinção exclusivamente feita para as mulheres é intrigante. Primeiro, pela idade com que se considerou “mulher” a uma rapariga japonesa de 13 anos: “o governo tinha de demarcar uma linha em algum lado e a idade de 13 [anos] parecia tão boa como qualquer outra”.⁶⁰ Pode-se considerá-la, portanto, uma forma totalmente aleatória que, lexicalmente, fez crianças e pré-adolescentes em “mulheres” de fato. Segundo, resta saber a quais “oportunidades” se referia o governo neste

57 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 50.

58 Os sentidos englobados pela palavra *zanryu* estão cobertos de controvérsias, uma vez que o significado literal dessa palavra remete a uma estadia voluntária na China. Cf. Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 29.

59 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 142.

60 Rowena Ward, “Left Behind: Japan’s Wartime Defeat and the Stranded Women of Manchukuo”, *The Asia-Pacific Journal*, v. 5, n. 3 (2007), p. 2.

momento em específico: com o caos de uma invasão e de uma guerra civil, com a ausência de repatriações durante um ano, junto da ausência de contatos entre Japão e PCC, torna-se difícil perceber – mais ainda, mesmo que tivessem perdido os seus pais a partir desta idade, estas “mulheres” não poderiam ter o estatuto de “órfãs” criado pelo governo. Os “órfãos”, *zanryu-koji*, eram todos aqueles descendentes de japoneses com menos de 13 anos, que tinham de ter uma entrada no registo familiar das províncias japonesas e que tivessem permanecido na China desde o fim da guerra.⁶¹ Só cumprindo estes requisitos eles seriam contemplados com assistência governamental na busca pelos seus familiares biológicos no Japão.⁶²

Entre 1946 e 1948, a repatriação continuou, apesar de descontínua.⁶³ Narango aponta números deste período que indicam que uma grande quantidade de *zanryu-hojin* não foram capazes de voltar ao Japão. No pós-guerra existiam um milhão e meio de japoneses na Manchukuo e, em 1949, um milhão de japoneses vindos de toda a China – Manchúria inclusive – tinham completado a transição migratória,⁶⁴ o que significa que a Manchúria ainda acolhia um grande número de japoneses no seu território: presumia-se cerca de 60 mil.⁶⁵ Ironicamente, a chegada ao Japão iria sujeitar as retornadas a controles de “pureza de raça”, em que “mulheres” grávidas, frutos dos estupros que sofreram na Manchúria, foram examinadas e obrigadas a abortar, eliminando assim gravidezes apelidadas de “ilegais”.⁶⁶ A persistência da aplicação da Lei de Registro Doméstico (1899-1950) – sistema altamente patriarcal e que exigia dos japoneses uma nacionalidade exclusiva, que tinha como objetivo estabelecer uma relação

61 Como afirma Ward, “o registo de nascimentos, mortes e casamentos de cidadãos japoneses está anotado nos registos familiares mantidos nas secretarias municipais locais”. Cf. Ward, “Returning from Exile”, p. 102.

62 Ward, “Returning from Exile”, p. 102.

63 Agosto de 1948 foi a data do último navio de repatriação que partiu de Huludao rumo ao território japonês. Cf. Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 50. Cf. Ward, “Delaying Repatriation”, p. 475.

64 Narango, “Japanese Orphans from China”, p. 149.

65 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 51.

66 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 50.

de lealdade e piedade entre a família e o Estado e o imperador, em vigor desde o período Meiji – levou a que muitas refugiadas e acompanhantes fossem deportados para a China após sua chegada ao Japão, pois as mulheres casadas com chineses, os filhos desses casamentos inter-raciais, e os maridos chineses que queriam acompanhar as suas esposas careciam de requisitos no padrão da lei e da família tradicional japonesa.⁶⁷ Assim, eram considerados estrangeiros e indignos de viver no país.⁶⁸

Em 1952, o governo japonês promulgou uma nova política (*Nova Lei da Cidadania*) na qual reconhecia o estatuto da mulher japonesa que casasse com um marido estrangeiro, dando também ao filho do casal a possibilidade de escolher sua nacionalidade aos 20 anos. Contudo, a lei continuava a requerer a nacionalidade única da mulher, e se esta se tinha naturalizado noutro país, não poderia recuperar o estatuto de cidadã japonesa. Mesmo que procedessem à renúncia da cidadania chinesa, as *zanryu-hojin* não conseguiam enquadrar-se nos parâmetros de elegibilidade, já que precisavam de viver continuamente no Japão durante cinco anos, “com um bom registro de comportamento cumpridor da lei [...] e [com] uma situação econômica segura”. Para além disso, elas necessitavam de estar dependentes de um fiador (familiar) que se responsabilizasse economicamente pela sua estadia – famílias essas que lutavam contra as adversidades econômicas ou mesmo pela sobrevivência no Japão do pós-guerra.⁶⁹ Não saberia o Estado da situação dos camponeses que enviou para a Manchukuo? Ou do colapso financeiro dos bancos da Manchukuo que evaporaram as poupanças de todos os cidadãos? Como poderia uma “mulher” que estava retida na Manchúria, e que queria regressar à pátria, conseguir registar a sua contínua permanência no Japão durante cinco anos, se esteve na periferia do Império? O Estado japonês, adotando uma postura de onisciência, teimava em não permitir às *zanryu-fujin* a explanação da sua própria conjuntura, revelando ele próprio, aqui,

67 Para mais detalhes, cf. Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 25.

68 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, pp. 25-26.

69 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 6.

onipresente, o que lhes tinha verdadeiramente sucedido: “cerca de cinco mil mulheres japonesas ficaram na China pela sua própria vontade”.⁷⁰ Com esta sentença, estas mulheres perderiam a repatriação que viria a acontecer em 1953.

O estabelecimento da República Popular da China (RPC), em 1949, liderada pelo PCC e com jurisdição sobre a Manchúria, não facilitou a situação dos *zanryu-hojin*, estando o governo de Tóquio mais próximo diplomaticamente dos EUA e das autoridades nacionalistas de Kai-shek em Taipei.⁷¹ A Guerra da Coreia (1950-1953) colocava a RPC e o Japão (e os seus aliados) em bandos opostos, o que representou um novo entrave à resolução do problema dos refugiados. Segundo Yeeshan Chan, a RPC, procurando uma janela de diálogo com o Ocidente, expôs a problemática dos *zanryu-hojin*, procurando demonstrar abertura para retomar o processo de repatriamento, algo que veio a acontecer em 1953.⁷² Em março desse ano, a Cruz Vermelha Chinesa e a Japonesa, junto da Associação de Amizade Japão-China, elaboraram o “Acordo de Pequim” que visava apenas à repatriação de adultos japoneses, omitindo nas suas cláusulas qualquer menção às crianças e aos órfãos, supondo-se que estes haviam sido naturalizados, pelos seus pais adotivos, como chineses.⁷³ Chan aponta que não só as crianças foram esquecidas como também não seriam todos os japoneses adultos que, de livre vontade, estavam selecionados para o processo. A primeira vaga de repatriados visava somente àqueles japoneses adultos sem capacidades, técnicas ou habilidades especiais. Já a segunda vaga era endereçada aos prisioneiros de guerra que tinham adquirido competências satisfatórias na ideologia marxista nos centros de reeducação prisional.⁷⁴

O Incidente da Profanação da Bandeira da RPC em maio de 1958 em Nagasaki levou a um novo período de tensão política entre os dois

70 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 117.

71 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 51.

72 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 25.

73 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 53.

74 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 25.

países, cancelando-se contatos diplomáticos e cessando, consequentemente, o processo de repatriação.⁷⁵ A partir deste instante, deu-se uma nova reação drástica de Tóquio diante do problema dos descendentes japoneses na China. Cerca de 30 mil pessoas que estavam “desaparecidas” ou que ainda não tinham chegado ao Japão foram dadas como mortas, e as suas entradas nos registos de família foram apagadas. Contudo, Ward aponta reduções mais severas, indo o número oficial de não repatriados de 77 mil para 31 mil, sendo que mais de 50 por cento dos nomes de *zanryu-koji* foram suprimidos.⁷⁶ Como compensação, o governo japonês dava a cada família 30 mil ¥ (*yens*) por cada defunto, e parava assim as relações civis com o bloco comunista.⁷⁷

Esta rutura com a RPC, aos olhos de Tóquio, pressupunha o fim do processo de repatriação, dando o caso como por encerrado.⁷⁸ Nas entrelinhas desta política percebia-se que quem era dado como morto perderia igualmente a cidadania japonesa. Se o processo de identificação dos familiares era complexo, de ora em diante, tornar-se-ia uma tarefa ainda mais árdua. Uma grande quantidade de “órfãos” era considerada como estrangeira pelo Japão, e se conseguisse entrar na nação e pretendesse residir ali, teria de dar início a um processo para certificar a sua cidadania.⁷⁹

Até então, 210 a 220 mil japoneses tinham perecido também graças às políticas restritas e de exclusão dos sucessivos governos de Tóquio. Com as relações RPC-Japão agravadas, a existência destes japoneses na China tendia a ser remetida ao esquecimento, um não assunto que inevitavelmente adquiria o estatuto de tabu no seio da sociedade japonesa.⁸⁰ Essa

75 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, pp. 55-56.

76 Rowena Ward, “Japaneseness, Multiple Exile and the Japanese Citizens Abandoned in China”, *Japanese Studies*, v. 26, n. 2 (2006), p. 140.

77 O governo japonês também pretendia interditar o acesso ao país de comunistas vindos da China. Muitos ativistas que eram descobertos foram deportados. Cf. Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 26.

78 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 149.

79 E casos houve de pessoas que mesmo estando nos registos familiares tiveram de certificar a sua cidadania por meio do processo. Cf. Ward, “Japaneseness”, p. 140.

80 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 58.

evidência é registrada por Tamanoi, que afirma que durante os anos 1960, o público japonês em geral era inconsciente da situação dos *zanryu-hojin*. Os próprios jornalistas japoneses desconheciam tal categoria. A explicação oferecida pela autora é a dissipação de noções dos tempos coloniais. As distinções imperiais *gaichijin* e *naichijin*, frequentemente usadas durante o período colonial e que lembravam os cidadãos do centro nevrálgico do Império (*naichi*) dos compatriotas das periferias (*gaichi*), haviam sido eliminadas. A nação japonesa esquecia assim o seu antigo caráter ultramarino, voltando às velhas máximas homogêneas: uma só etnia, uma só raça.⁸¹

Conjuntura social dos *zanryu-hojin* no nordeste rural

Desde agosto de 1945, o significado de “casa” para estes descendentes do Império japonês mudou drasticamente. Eles viviam no Japão, e saíram das suas casas para uma terra prometida, o “Novo Paraíso” da Ásia; tentaram fazer da Manchukuo a sua “nova casa”, sendo ela destruída; ao tentar voltar ao seu local de origem, foram barrados por Tóquio, que os aconselhava a resistir e a permanecer onde se encontravam. Enclausurados no tempo e no espaço pelo Estado que os deveria proteger, a solução irremediável era continuar a viver na China: casaram ou foram adotados por chineses, passaram a fazer parte de famílias chinesas, adquiriam competências linguísticas – do mandarim – e culturais derivadas da sua interação com a sociedade chinesa local. Nas palavras de Tamanoi: “fizeram casas na China”.⁸²

Na China Maoísta, a implementação de um sistema de registo familiar, denominado de *hukou* (戶口), pretendia controlar a mobilidade entre os meios rurais e urbanos, dividindo os cidadãos em não camponeses, que recebiam do Estado benefícios da mais variada ordem à custa do setor

81 Mariko Tamanoi, “Japanese War Orphans and the Challenges of Repatriation in Post-Colonial East Asia”, *The Asia-Pacific Journal*, v. 4, n. 8 (2006), pp. 217-218.

82 Tamanoi, “Japanese War Orphans”, p. 218.

agrícola,⁸³ e camponeses, que não usufruíam de nenhum destes privilégios anteriores. O *hukou* determinava onde um cidadão podia viver, assim como as suas oportunidades de mobilidade social, que eram extremamente difíceis quando analisadas do lado camponês. As populações rurais aperceberam-se de algumas estratégias indiretas que as poderiam colocar no estatuto de cidadão urbano, como casar uma rapariga ou mulher camponesa com um homem de *hukou* urbano, ou outras mais diretas como completar anos de serviço nas forças armadas. No que toca aos *zanryu-hojin*, classificados como “maus elementos” em razão das suas origens japonesas, as suas hipóteses de mobilidade social eram ínfimas. O exército não os aceitava pelo “sangue do inimigo”,⁸⁴ e o casamento de uma mulher japonesa com um homem chinês da cidade também era alvo de desdém pela sociedade,⁸⁵ como referido anteriormente. O acesso à educação era-lhes condicionado.⁸⁶ Nos meios escolares e na vizinhança da sua residência, aqueles que tinham conhecimento das suas raízes japonesas sofriam ataques de *bullying*, sendo troçados de “diabos japoneses”.⁸⁷ A ocultação de identidade, quando possível, era uma forma de resistência adotada por estes indivíduos numa sociedade recentemente descolonizada, ainda com ressentimentos diante do invasor. Em casos extremos, houve mesmo a autorrepressão da identidade,

83 Educação, serviços médicos, acesso a trabalhos, benefícios de aposentação e habitação.

84 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 32.

85 Como aponta Yamaura, os interessados num casamento com uma japonesa eram os camponeses pobres que não tinham capacidade de casar com uma mulher chinesa. Para se concretizar esse casamento, o homem estaria obrigado a pagar determinada soma de dinheiro à família da noiva – soma essa que muitos não tinham. Cf. Yamaura, “From Manchukuo to Marriage”, p. 571.

86 Chan indica que “30 por cento dos órfãos não tiveram qualquer experiência escolar, 40 por cento receberam educação incompleta na escola primária, 20 por cento andaram nos primeiros anos do ensino médio, dez por cento tiveram alguma educação universitária durante os anos da Revolução Cultural”. Cf. Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 33.

87 Nishioka Hideko, “‘As Japanese, We Wish to Live as Respectable Human Beings’: Orphans of Japan’s China War” *The Asia-Pacific Journal*, v. 2, n. 11 (2004), p. 2.

renunciando-se ao nome e à língua japonesa, apropriando-se de outro nome chinês e da aprendizagem do mandarim.⁸⁸

Em 1958, implementou-se o sistema de comunas, no qual a riqueza produzida nos meios rurais não viria mais dos ganhos que a terra concedia ao agricultor, mas sim do pagamento do sistema de comuna aos membros da família. Portanto, quanto mais elementos um agregado familiar tivesse, mais rendimento poderia auferir. Isto teve um impacto profundo na fertilidade, nos casamentos arranjados e nas adoções. Nesta altura, a pressão exercida sobre as *zanryu-fujin* para reproduzir descendentes foi particularmente intensificada, numa China rural onde as práticas patriarcais eram bastante enraizadas e onde “o trabalho da mulher e a fertilidade continuavam a ser considerados como propriedade intercambiável através do casamento”.⁸⁹ Como os cuidados médicos nos meios rurais não eram acessíveis à maioria da população, havia uma elevada taxa de mortalidade infantil e também de mulheres que morriam no parto. O traficante de seres humanos passou a operar no meio social e sem conotação negativa, sendo aliás visto como um facilitador nas assimetrias, providenciando filhos adotivos e esposas a quem os necessitasse. Esta foi uma das razões pelas quais uma grande percentagem de japoneses retidos na Manchúria assenta no seguinte perfil: mulheres e crianças órfãs, não estando o homem japonês adulto com capacidade para se inserir neste sistema rural patriarcal. Segundo Chan, mulheres e órfãos conseguiriam entrar nestas redes tradicionais de parentesco por serem propriedades transmissíveis que satisfaziam necessidades sociolocais econômicas e demográficas.⁹⁰

A Revolução Cultural iniciada em 1966 exacerbou o *bullying* social já anteriormente sentido. Indivíduos com quaisquer ligações familiares ao Japão eram acusados de espionagem a favor do inimigo. Curiosamente, foi precisamente neste período de tensão e revoltas sociais que órfãos souberam das suas origens japonesas, desvendadas pelas Forças

88 Ward, “Returning from Exile”, p. 109.

89 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 33.

90 Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 34.

Armadas da Revolução. De acordo com Narangoa, a posse dessas raízes levá-los-ia a experiências traumáticas que varreriam o físico e o psicológico “tortura, humilhação pública, perda de estatuto e perspectivas de carreira”.⁹¹ Tamanoi indica, ainda, o fato de os familiares mais próximos ao “colaborador” japonês estarem também eles condenados às mesmas punições e serem, por vezes, pressionados a romper os laços matrimoniais. Estes dois grupos, segundo esta autora, representariam, portanto, estratos marginalizados da sociedade chinesa.⁹²

Retomada moderada e cautelosa das repatriações

Estes *zanryu-hojin* ficariam 14 anos reféns do congelamento das relações entre o país que os acolhia e o país onde os seus laços familiares e biológicos permaneciam.

Em 1972, dá-se a retoma dos contatos oficiais entre Pequim e Tóquio, logo depois da visita do governo de Nixon à China, quebrando-se algumas barreiras visíveis da Guerra Fria. No entanto, nem com estas aproximações se reativaram as discussões sobre os *zanryu-hojin* – pelo contrário, o assunto continuava encerrado e dado como resolvido por parte de Tóquio.⁹³ Fosse pelo governo japonês, a existência de *zanryu-hojin* na China era para ser mantida na sombra da história, no mais oculto e supersticioso dos temas sociais. Eram mortos dos registos oficiais e fantasmas mudos do presente. O ressurgimento da temática sairia da iniciativa civil. Yamamoto Jisho (山本慈), um antigo colono da Manchukuo que viveu o drama da separação familiar, tendo sido enviado para a Sibéria como

91 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 151. Apesar desse cenário desolador apresentado por Narangoa, Chan enfatiza que houve muitos *zanryu-hojin* que conseguiram escapar aos ataques da Revolução Cultural por não representarem os alvos principais da contestação política, já que a maioria desses japoneses era de origem pobre. Cf. Chan, *Abandoned Japanese in Postwar Manchuria*, p. 39-40.

92 Tamanoi, “Japanese War Orphans”, p. 227.

93 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, pp. 58-59.

prisioneiro, sua mulher e filhas ficando para trás na Manchúria dos soviéticos, com outros japoneses com o mesmo *background* histórico, apelou ao governo japonês para dar continuidade às buscas. Percebendo que não receberia interesse político, Yamamoto organizou a Associação de Amizade Sino-Japonesa com outros voluntários atraídos pela retomada dos contatos e busca dos *zanryu-hojin*. Continuariam a insistir junto de Tóquio para que algo fosse feito. Também na China, com o fim da Revolução Cultural em 1976, órfãos já em idade adulta inundaram a embaixada japonesa de pedidos para conseguirem retomar as averiguações no Japão pelos seus familiares. Foram estes dois esforços civis de parte a parte que levaram a mudanças de atitude do governo japonês. Percebendo que o assunto não podia mais permanecer contido e sonogado, a embaixada japonesa começou a colaborar com o governo chinês para recolher informações sobre os japoneses na China.⁹⁴

Contudo, o governo japonês continuaria a agir lentamente, e só em 1981 se organizariam missões no terreno; até então, limitar-se-ia a publicar ficheiros – poucos, 397 no total – de japoneses abandonados na China para investigação. A razão dessa retomada tardia é dada por Itoh, que afirma que o governo não estava disposto a conceder benefícios financeiros a estas vítimas, temendo o efeito “avalanche” que pudesse vir a acontecer assim que concedesse a primeira ajuda financeira – ou seja, que outras vítimas de guerra poderiam também reclamar semelhantes compensações –, dando mais despesas ao Estado. Claramente, não convinha à saúde financeira de Tóquio tais encargos.⁹⁵ Em março de 1981, chegavam os primeiros 47 *zanryu-hojin* ao Japão com o apoio do governo. Apenas era permitida a permanência em território nacional àqueles que encontravam os seus familiares, tendo os outros de regressar à China passados 15 dias. O governo japonês estabeleceu a recepção de três grupos por cada ano, de 1981 a 1985, e definiu como suficiente esse prazo para que os *zanryu-hojin* encontrassem as suas famílias.

94 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, pp. 151-152; Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, pp. 75-79.

95 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 80.

Contudo, como afirma Ward, barreiras burocráticas do processo mantinham-se. Segundo o governo japonês, para o *zanryu-hojin* conseguir completar a transição para o Japão teria de provar a sua identidade junto das famílias, como também elas tinham de ser fiadoras do retornado, tendo de suportar todos os custos da estadia e da adaptação ao novo país. Isso representava um enorme problema para várias famílias tanto ao nível social como económico. Socialmente, tinham de admitir que haviam abandonado os seus filhos na Manchúria, enfrentando as críticas da sociedade e a perda de prestígio e do bom nome da família.⁹⁶ Economicamente, a vinda de um novo elemento familiar era um fardo demasiado pesado e que algumas famílias pobres não conseguiram suportar.⁹⁷

No entanto, em 1984, Tóquio abriu uma nova cláusula no processo de repatriação, permitindo a residência no Japão daqueles que não encontrassem as suas famílias, sem necessitarem de um fiador nacional que custodiasse sua permanência. Na prática, qualquer cidadão japonês poderia ser esse fiador.⁹⁸ Por outro lado, os órfãos que completavam esta migração colocavam pressões sociais sobre a sociedade rural chinesa, desprovida de sistema de segurança social, pois as famílias rurais manchurianas, com a perda de um elemento do seu agregado, teriam dificuldades económicas. O governo chinês pressionou o governo japonês a solucionar esta situação, o que veio a acontecer com o pagamento de subsídios aos pais adotivos. Contudo, essas compensações eram extremamente baixas – 60元 (*yuans*) foi o valor mensal considerado justo pela ausência de um elemento familiar. Sobre esta questão, Itoh afirma: “mesmo que o custo de vida na China fosse baixo, 60 *yuans* era dificilmente suficiente para apoiar um pai adotivo, sem contar com o segundo”.⁹⁹ O Japão também se comprometeu a dar apoio económico às famílias chinesas que

96 Na tentativa de reconstruir as suas vidas no Japão, as famílias diziam que os seus filhos tinham morrido na Manchúria – e o sentimento de culpa não era fácil de superar. Cf. Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 82.

97 Ward, “Returning from Exile”, p. 104.

98 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 152.

99 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 113.

acompanhassem os *zanryu-hojin* e ficassem a viver no Japão.¹⁰⁰ Porém, os resultados destas missões foram baixos, evidenciando que, para muitos *zanryu-hojin*, esta iniciativa era como encontrar uma agulha no palheiro: apenas 37,8 por cento dos abandonados na China conseguiam ter sucesso até 1986, data que o Ministério de Saúde do Japão decidiu, mais uma vez, dar por terminadas todas as missões de busca.

Imediatamente, houve o protesto dos grupos voluntários de Yamamoto, alegando que o prazo dado era insuficiente, recordando o número de *zanryu-hojin* que ficaram por identificar – pelo menos dois mil.¹⁰¹ O governo japonês aceitou a realização de missões “suplementares”, uma vez por ano. Os resultados não foram melhores, tendo-se registrado, de março de 1981 a 2007, 31 por cento de identificações positivas, sendo expectável o seu fracasso, já que, à medida que o tempo que separa o fim da guerra e o contato com as famílias do Japão aumenta, os familiares japoneses, pais e mães, envelhecem e morrem; e os *zanryu-koji* que ainda estão vivos eram demasiado jovens no final da guerra para se recordarem das famílias biológicas, dentre outros problemas.¹⁰² Em alguns casos, os seus pais adotivos chineses morreram sem lhes prestar conhecimento da sua identidade, ou as suas recordações de como, com quem e onde adotaram os seus filhos esvaneciam-se.

Desafios sociais e culturais no retorno ao Japão

Como o governo japonês não tinha interesse em restaurar a situação dos *zanryu-hojin*, desviando a sua atenção para outros assuntos relacionados com a política internacional e a economia, também desconsiderou totalmente o movimento anticolonos que estava em curso na sociedade

100 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 153. Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, pp. 112-113.

101 Itoh, *Japanese War Orphans in Manchuria*, p. 81.

102 Ward, “Returning from Exile”, p. 104.

japonesa. No pós-guerra implodiu uma culpabilização daqueles que tinham migrado para a Manchúria, sendo designados como colonos que abandonaram a pátria e que buscavam oportunisticamente bens materiais e riqueza pessoal, ou como pessoas que abandonaram os seus filhos para trás para sobreviver. O acolhimento por parte da população residente japonesa aos retornados do imediato pós-guerra foi desprovido de simpatia e repleto de ressentimento,¹⁰³ todo ele executado perante a passividade do governo, que não mediou o processo.

Para os *zanryu-hojin*, tanto a saída da China como a adaptação ao Japão representavam desafios à própria identidade. Abandonar os seus pais adotivos e familiares na China para ir em busca de outros familiares no Japão e da sua pátria era uma experiência traumatizante que implicava romper relações com as pessoas que os tinham salvado e criado. Para os pais adotivos, as perdas eram incalculáveis, econômica e socialmente.¹⁰⁴ Sendo parte integrante e tradicional da cultura chinesa a providência dos filhos aos pais que chegam à terceira idade, assegurada mais tarde de forma peremptória pela Lei de Casamento chinesa, quando confrontados com o processo de repatriação, a ideia de desertar e não cumprir com o seu dever social e jurídico assombrava-os, agindo como uma barreira que condicionava a sua tomada de decisão. Por vezes, a única forma de ultrapassar essa barreira era o adiamento.¹⁰⁵ Cuidar deles até ao fim das suas vidas, para se sentirem “livres” do peso de consciência e procederem em busca do seu *mimoto*.¹⁰⁶

Concluir a transição migratória para o Japão, numa altura em que o governo japonês não aceitava acompanhantes da família chinesa – pois até 1992 os membros de família chinesas eram estrangeiros e impedidos de

103 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 150.

104 Tamanoi, “Japanese War Orphans”, p. 227.

105 Ward, “Returning from Exile”, p. 109.

106 Tamanoi esclarece o termo: “noção primordial que literalmente significa ‘as raízes corporais de uma pessoa’”. Cf. Tamanoi, “Japanese War Orphans”, p. 220.

entrar no país, forçando o retorno isolado do *zanryu-hoji* – era como decepar estes indivíduos das suas ligações multinacionais e multifamiliares.¹⁰⁷

Caso fosse completado o processo de retorno ao Japão, outras conflitualidades surgiam. A chegada destes retornados à sociedade japonesa era acompanhada de sentimentos antagônicos: de proteção, já que eram vistos como vítimas do imperialismo e colocavam responsabilidades no Estado pelo seu “resgate” para a pátria; e de repulsa psicológica, por serem eles os portadores de uma realidade histórica que a sociedade japonesa pretendia sepultar.¹⁰⁸

Na vida quotidiana houve choques culturais e linguísticos que destabilizaram as relações entre a família acolhedora e o recém-chegado. Ward indica que até aos anos 1990 havia certos marcadores que determinavam a aceitação de um indivíduo com “essência japonesa” – o conceito de sangue era fulcral para os japoneses, que desde a era Meiji valorizavam os laços sanguíneos patrilineares – e, caso esta aceitação não se desse, estes não poderiam obter a cidadania japonesa. O curioso é que deste mito homogêneo de que o sangue liga todos os japoneses também se extrapolou a crença de que quem não tivesse sangue não entendia as *nuances* da língua e da cultura japonesa – e isso iria afetar os *zanryu-hojin*, como se irá perceber.¹⁰⁹ O conceito de *territorialidade*, termo ambíguo que coloca em perspectiva as noções *naichi* e *gaichi*, delineava as “fronteiras imaginárias” do Japão e onde a Manchúria se encontrava dentro dessa delimitação.

Ora, estes “japoneses-chineses” retornados, desprovidos do contacto com a língua e com a sociedade japonesa pelo decorrer dos anos, não dominavam marcadores que se julgavam necessários para a aceitação da dita “essência japonesa”. A falha em demonstrar uma dessas competências básicas colocava imediatamente em dúvida, por parte da família e da sociedade, o seu estatuto de *zanryu-hojin* e o seu passado. Apesar de a territorialidade não se apresentar como um problema para a aceitação

107 Tamanoi, “Japanese War Orphans”, p. 228.

108 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 143.

109 Ward, “Returning from Exile”, p. 107.

dos *zanryu-hojin* como japoneses –¹¹⁰ e repare-se que o governo compartilhava desta visão –, a fraca ou nenhuma competência na língua japonesa desconstruía imediatamente a percepção do indivíduo como “japonês”. Isso foi demonstrado pelos familiares que acolhiam os repatriados e que questionaram a sua identidade, pois na sua percepção meijiista de sangue, eles deveriam saber a língua. Quando tentavam utilizar o sistema de escrita tradicional comum aos dois países (*kanji*, 漢字) para se comunicar, essa tentativa também saía frustrada diante do analfabetismo de alguns retornados.¹¹¹ Aspetos simples do cotidiano tipicamente japoneses, como dormir no tatame, também foram estranhados pelos *zanryu-hojin*.

Com uma comunicação residual familiar e com o ambiente social circundante, a adaptação dos *zanryu-hojin* a uma nova realidade social foi extremamente difícil. Estavam na sua pátria rodeados de incompreensão social e também afastados das pessoas que os entendiam social e linguisticamente: uma forma de exílio na própria pátria, como apontado por Rowena Ward.

Outra realidade dura enfrentada foi a empregabilidade. Lembre-se de que durante praticamente todo o processo de repatriação era exigido o estatuto de fiador por parte de um familiar japonês durante a estadia do retornado, sendo este último um fardo econômico. Caso quisesse reverter essa situação e ajudar o seu fiador, eis o cenário que o esperava: com as limitadas competências já mencionadas e perante as exigências sociais de essência japonesa que eram impostas a ele, a busca por um emprego era uma tarefa complicada, e a sua permanência, incerta. Estava restrito a perspectivas de trabalho em microempresas “3K”, conhecidas no Japão como prestadoras de condições de trabalho sujas (*kitanai*), perigosas (*kiken*) e difíceis (*kitsui*).¹¹² Como nos acrescenta Tamanoi, o seu estereótipo de “chineses pobres” perpetuou-se diante das dificuldades econômicas que

110 Quando comparados com as comunidades de emigrantes japoneses – por exemplo, os descendentes de japoneses da América Latina, *nikkeijin* (日系人) – a sociedade dá uma maior aceitação aos *zanryu-hojin* quanto à sua essência japonesa. Cf. Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 143.

111 Ward, “Returning from Exile”, p. 108-111.

112 Ward, “Returning from Exile”, p. 113.

enfrentavam, da falta de benefícios que o governo japonês lhes fornecia e das pensões baixas que recebiam. Além disto, se tentassem protestar, eram criticados pela opinião pública japonesa.¹¹³

Portanto, a repatriação não significava a resolução do problema de identidade dos retornados – pelo contrário, na maioria dos casos, agravava-os. Como afirma Narangoa, eles não eram considerados “suficientemente japoneses” pela sociedade japonesa, por isso não conseguiam ter um estatuto semelhante aos dos outros japoneses. A sua identidade estava presa entre duas culturas e entre dois países. Apesar de acreditarem que fora a sua essência japonesa que os trouxera até ao Japão, a cultura chinesa com a que cresceram atirou-os para as margens da sociedade japonesa.¹¹⁴

Discussão e considerações finais

Jacques Derrida apresentou a distinção entre o significante (neste caso, para as entidades estatais, um mero objeto físico) e o significado (conteúdo desenrolado por detrás da sua objetivação) e a maneira como, apesar de estarem presentes num enunciado, podem ser distintos um do outro.¹¹⁵ Desde o início da invasão soviética, que os japoneses dos kaitakudans foram abandonados pelo Estado, tendo este último se desligado totalmente destes pelo pedido de permanência no território chinês e com a exigência da sua adaptação à população nativa e às condicionantes de um seu ambiente de pós-guerra. Dali em diante estes ficariam igualmente dependentes das considerações do Estado relativamente ao seu estatuto e à sua mobilidade internacional. A abordagem do governo japonês em relação à situação dos japoneses retidos ou abandonados na Manchúria foi autoritária, sexista e seletiva da realidade presente no terreno, tendo-se optado pela cunhagem do termo *zanryu* que, automaticamente, tornava-se discriminatório. A primeira

113 Tamanoi, “Japanese War Orphans”, pp. 229-230.

114 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 143.

115 Jacques Derrida, *Gramatologia*, São Paulo, Perspectiva, 2ª ed., 2011.

consideração do termo era que apenas concernia aos japoneses retidos na China, desconsiderando outros que tivessem procurado refúgio em outras partes vizinhas, no pânico e no caos de uma invasão, como aqueles que se dirigiram à Coreia do Norte, onde ainda se estima haver descendentes. Outra consideração sobre o termo – que continua a ser alvo de críticas e de recusa por parte da comunidade acadêmica japonesa – é a inferência a uma permanência voluntária e consciente na China, algo que representa uma afronta aos fatos históricos e aos desejos desse grupo como um todo homogêneo e consistente, produzindo um conhecimento subjugado, insuficientemente elaborado e inadequado para a sua caracterização. De qualquer forma, procedeu-se de imediato à validação desse termo, amplamente difundido na legislação japonesa, regularmente utilizado pelos meios de comunicação e, conseqüentemente, absorvido pela população: uma cadeia de aprendizagem com uma entidade autoritária, sem apreciação crítica do que, de fato, menciona-se, sendo que a codificação inicial do termo tecida pelo governo japonês é a dominante. Ou seja, trata-se de certo tipo de “violência epistêmica”, nos termos de Spivak,¹¹⁶ mas, igualmente, de um princípio do pensamento hegemônico gramsciano, em que se dá o consentimento das massas perante as premissas estatais de uma forma acrítica, dando azo a “uma concepção do mundo de outro grupo social, [resultando] um contraste entre o pensar e o agir e a existência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva”.¹¹⁷ Essas mesmas ações foram sentidas por estes repatriados japoneses, socialmente criticados, por sua arbitrariedade, por terem ido para a Manchúria em busca de riqueza e proveito pessoal, colonizando o Outro, quando, inversamente, muitos foram forçados ao processo migratório, cumprindo ordens imperialistas do seu governo.

116 Gayatri Spivak, “Can the Subaltern Speak?” in Patrick Williams e Laura Chrisman (orgs.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory* (New York: Columbia University Press, 1994), p. 84.

117 Ana Alves, “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”, *Lua Nova*, v. 80 (2010), p. 74.

Outra consideração foi a decisão unilateral e padronizada do governo relativamente aos indivíduos que podiam receber assistência estatal: idade, sexo e classe do indivíduo como determinante do processo de repatriação. Houve uma clara diferenciação hierárquica no trato dado aos membros do exército – sempre de prioridade – em relação àquele que era prestado aos ex-colonos agrícolas e a seus descendentes, de constante adiamento e imposição de entraves. Os elementos do sexo masculino com idade superior a 13 anos eram dados como prisioneiros de guerra ou como heróis que morreram às mãos dos soviéticos. Uma mulher, pelo contrário, não se apercebendo desse fato, tinha à luz da legislação japonesa – pois o Estado fala por elas – escolhido livremente ficar na China. A sua maturidade, por vezes de criança ou adolescente, que as levou à permanência na Manchúria, implicava igualmente a busca de meios para sobreviver, como o casamento e a sua incorporação numa família chinesa. Perante o Estado japonês era-lhe agora dado o estatuto de estrangeira, tal como o era o seu cônjuge e, assim, ela tornava-se indigna de residir no país dos seus antepassados. Nas palavras de Spivak, “a mulher como objeto de um marido, obviamente operando nos interesses do simetricamente legal estado-sujeito do homem”.¹¹⁸ Durante grande parte do processo, houve uma espécie de silenciamento da voz feminina perante um governo com uma ideologia que favorecia os valores tradicionais e culturais patriarcais do Japão da era Meiji. Como afirma Spivak, “a construção ideológica de gênero mantém o homem dominante”; “o subalterno não tem história e não pode falar, o subalterno como mulher ainda está mais profundo na escuridão”.¹¹⁹ Não se pode igualmente esquecer as “limpezas raciais” e os abortos sistemáticos a que foram sujeitas as “mulheres” que foram repatriadas nos primeiros anos do pós-guerra. Temendo o nascimento de crianças de sangue soviético ou chinês misturado com japonês, Tóquio declarou “gravidezes ilegais”, sujeitando estas “mulheres” ao processo

118 Spivak, “Can the Subaltern Speak?”, p. 98.

119 Spivak, “Can the Subaltern Speak?”, pp. 82-83.

de aborto.¹²⁰ A promoção deste infanticídio conecta-se com o conceito de biopolítica de Foucault, no qual vemos, neste caso, o poder do Estado a ser exercido sobre a vida humana, controlando a raça e tentando “salvaguardar” a pureza dos Yamato de contaminações raciais. Como disse Foucault: “matam-se ilegalmente aqueles que são para outros uma espécie de perigo biológico”.¹²¹ Uma vez mais o Estado silencia a mulher, produzindo controle sobre o seu próprio corpo. Neste caso específico, devemos também notar que não houve agência ou instituição que zelasse por estes descendentes japoneses durante vários anos depois da capitulação. A atividade nobre de Yamamoto em criar a Associação de Amizade Sino-Japonesa revela a necessidade de outros indivíduos que não pertencem aos denominados *zanryu* de lhe darem voz – ou pelo menos essa de conceber essa tentativa. Mesmo assim, os *zanryu* continuam a ser falados por outros, não por eles mesmos.

A baixa educação – ou a ausência dela – também fomentaria essa condição silenciosa. Como Raymond Williams observou, certo nível de literacia ajudaria as classes dominadoras a reforçar a subordinação de outras classes, enquanto uma literacia elevada causaria críticas ao *status quo* e à condição do subordinado.¹²² Os retornados chegavam ao Japão analfabetos ou com pouca educação, e o governo nada mais lhes ofereceu do que uns cursos intensivos de quatro meses de língua japonesa em centros organizados, dando como suficientes para se integrarem na sociedade japonesa.¹²³ Isso viria a ter repercussões na sua empregabilidade, com a exposição a trabalhos de baixa remuneração e de más condições (3-K), o que cimentava a sua situação precária.

Não só o subalterno não consegue fazer a sua voz ser ouvida como também, neste caso, sua própria existência foi aniquilada, dado como defunto nos registos da sua família biológica, promovendo-se

120 Itoh, *Japanese war orphans in Manchuria*, p. 50.

121 Michel Foucault, *História da Sexualidade*, Lisboa: Relógio D'Água, 1994, p. 140.

122 Raymond Williams, *The Long Revolution*, Harmondsworth: Penguin, 1961, p. 184.

123 Narangoa, “Japanese Orphans from China”, p. 154.

abertamente a sua inexistência, mesmo que o corpo ainda não tivesse sucumbido. Nesse sentido, Foucault falou precisamente da capacidade do Estado em usar o direito de fazer morrer ou de deixar viver como sendo um dos “privilégios característicos do poder soberano: o direito de vida e de morte”, dispondo da vida dos seus cidadãos conforme lhe convém.¹²⁴ Terá o Estado japonês sentenciado uns à morte na tentativa de salvar a raça pura e homogênea Yamato? Terá o Estado japonês usado esta “morte” como técnica de controle populacional, um “poder matar para poder viver”, promovendo a sobrevivência de uns em detrimento de outros? Ou seria uma forma de regular a riqueza e os recursos com os seus habitantes?¹²⁵ Aqui se apresenta uma das visões do Ministério dos Negócios Estrangeiros diante do repatriamento em decurso: “o bem-estar dos japoneses do próprio Japão será sacrificado [pelo repatriamento destes japoneses além-mar]”.¹²⁶

No entanto, o Estado procurou compensar financeiramente os familiares por um óbito que era incerto na ausência do corpo. Por padrão, na eventualidade de um *habeas corpus* – no sentido literal do termo –, o sujeito tem um estatuto alienado, no qual terá de comprovar a sua cidadania, procurando e atestando as suas relações biológicas nas dificuldades impostas pelo próprio Estado de eliminar os seus registos familiares.

Por fim, Edward Said, no seu *Reflections on Exile and other Literary and Cultural Essays*, presta atenção às noções de exílio. O exílio é “o incurável fosso imposto entre um ser humano e o lugar de origem, entre o ‘eu’ e a sua verdadeira casa”.¹²⁷ No caso destes descendentes japoneses retidos na China, o deslocamento e a não pertença fazem parte das suas vidas, pelo menos em determinado momento. Para os homens e as mulheres que migraram para a Manchukuo, a separação territorial entre

124 Foucault, *História da Sexualidade*, p. 137.

125 Foucault, *História da Sexualidade*, p. 142.

126 Tamanoi, “Japanese War Orphans”, p. 217.

127 Edward Said, *Reflections on Exile and other Literary and Cultural Essays*, London: Granta Publications, 2001, p. 173.

a pátria e a sua localização momentânea foi marcante, sendo forçados à ausência de contatos com a tradição, com a restante família e o seu país, algo também salientado no conceito de *exílio* de Said.¹²⁸ Para os que nasceram na Manchukuo, o Estado em que nasceram tinha sido destruído, ficando a memória (ou não) dos laços familiares que os uniam ao Japão. Independentemente da sua situação, aqueles que tinham conhecimento da sua ligação ao Japão experienciavam uma vida em exílio na China: encontrar-se-iam separados das suas famílias, distanciados da sua língua e da sua cultura. A sobrevivência do pós-guerra impunha a inserção numa nova família, por adoção ou matrimônio, obrigando-os a adquirir, paulatinamente, competências doutra língua e de outra cultura. Sendo vedadas ou impossibilitadas as interações sociais que desenvolveriam a sua “essência japonesa”, estes descendentes haviam-se tornado culturalmente “chineses”, característica que os impediria, numa primeira instância, de uma adaptação normal à sua pátria como se fosse a sua casa. Este retorno que leva, por vezes, à separação das suas famílias chinesas, representa outra forma de exílio, estando estes longe dos que lhe são próximos em nível social e familiar e que os compreendem culturalmente. Quando os elementos da família chinesa os acompanham, segundo Ward, outra forma de exílio ocorre, estando estes também separados da sua família na China, das tradições e da pátria geográfica.¹²⁹ Por fim, é nesta relação bimodal que o exílio representa uma constante: quando elementos de um grupo tentam retornar à sua pátria, outro grupo entra automaticamente em exílio.

Recebido em 26 maio 2019

Aprovado em 4 maio 2020

doi: 10.9771/aa.v0i61.31885

128 Said, *Reflections on Exile*, p. 174.

129 Ward, “Japaneseness”, p. 150.

Tendo por base a derrota incondicional do Japão em 1945, perdendo todo o seu império colonial espalhado pelo continente asiático, este estudo pretende analisar uma das vítimas desse império: os próprios colonizadores. Perante um Exército e um Estado que descartou a responsabilidade de os repatriar, estes denominados *zanryu-hojin* foram forçados a uma adaptação abrupta e nem sempre bem-sucedida à sociedade local do pós-guerra. Imposto o exílio, as consequências foram marcantes. Assim, é objetivo deste estudo conhecer as estratégias de resistência deste grupo deslocado e a sua adaptação à conjuntura local. Igualmente, pretende-se conhecer as políticas governamentais postas em prática para solucionar o seu repatriamento (ou adiamento) e a assistência prestada *in loco* (se alguma) na adaptação do retornado ao Japão. Uma vez quebrado o exílio com o retorno à ansiada “pátria”, serão esses “japoneses-chineses” reconhecidos como membros plenos da nação japonesa pelo governo e pela sociedade? Ou serão eles – e as suas famílias chinesas – remetidos a outra forma de exílio, perpetuando-se a sua existência “exílica”?

Pós-colonialismo | *Zanryu-hojin* | Exílio | Subalternidade

THE COLONIZERS' SPOILS: THE ZANRYU-HOJIN

EXILED BETWEEN POLITICS AND SOCIETY

With Japan's unconditional defeat in 1945, the nation lost a colonial empire scattered over Asia. This study intends to analyze one of the victims of that same empire: the colonizers themselves. Faced with an army and a state that has ruled out the possibility of repatriation, the so-called Zanryu-Hojin were abruptly forced to adapt – not always successfully - into local postwar society. With the imposition of exile, the consequences were tremendous. This paper seeks to understand the strategies of resistance utilized by this displaced group and its adaptation to the local context. The paper also examines the government policies regarding repatriation (or its postponement) and the assistance rendered in loco (if any) during the returnee's adaptation to Japan. After the end of exile with a return to the “homeland”, are these ‘Japanese-Chinese’ recognized as full members of the Japanese nation by the government and by society? Or have they - and their Chinese families – simply been relegated to another form of exile, perpetuating their ‘exilic’ existence?

Postcolonialism | *Zanryu-hojin* | Exile | Subalternity